



1

## ATA DE Nº 132 – CME

2 Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, no período da manhã, tendo  
3 por local a Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Educação, reuniram-se os  
4 Conselheiros do Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa - CME/PG para a  
5 Reunião Ordinária. A Presidente Sirlete Lemes cumprimentou os conselheiros presentes  
6 e deu início à reunião, explicando a respeito da posição em que se encontra junto a sua  
7 representatividade - o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa – NRE/PG, tendo  
8 em vista o fato de que não está mais trabalhando, diretamente, no referido órgão e sim  
9 numa Escola Estadual. Afirmou que está aguardando a definição da Chefe do NRE/PG,  
10 quando enviará o Ofício com a decisão de qual será a sua representatividade junto ao  
11 CME/PG. A Presidente abordou o assunto referente ao CEI Lar Feliz, visto que recebeu  
12 a visita dos representantes do Conselho Tutelar e também conselheiros do CME, o Sr.  
13 Cláudio Roberto Pinheiro – Presidente do Conselho Tutelar e Soely de Fátima  
14 Fernandes, questionando o fato do assunto ter ido parar na Câmara dos Vereadores,  
15 mais especificamente, com o Vereador Antônio Aguiel Ferreira Batista. A Presidente  
16 falou que todos nós tomamos conhecimento do assunto no dia da Reunião em que o  
17 Ofício entrou na Pauta. A Conselheira Maria de Fátima Pacheco Rodrigues lembrou que  
18 a Conselheira Nilcéa (Mottin de Andrade), havia explicado na última reunião que se  
19 preocupou quando viu a questão na pauta do CME, conversou com a funcionária da  
20 Divisão de Educação Infantil – SME, responsável pelas vistorias dos Centros de  
21 Educação Infantil Conveniados para dar as devidas orientações para a instituição (a  
22 respeito da superlotação de alunos em determinadas turmas e da higienização das  
23 crianças, etc). Eu, Eloina Chaves, secretária executiva do CME/PG, solicitei a palavra  
24 neste momento, para defender que realizamos este trabalho há algum tempo e sempre  
25 cuidamos bem das correspondências expedidas e recebidas, ou seja, com a ética  
26 devida. Recebemos o ofício do Conselho Tutelar e guardamos para colocar na Pauta da  
27 Reunião Ordinária de 13/05/2015 do CME, para apresentar aos demais conselheiros,  
28 como de fato ocorreu. A pauta da reunião foi enviada para todos os e-mails dos  
29 conselheiros, seja titular ou suplente e na referida pauta, no item **correspondências**  
30 **recebidas** indicamos da seguinte forma: *Ofício nº 033/2015 – Conselho Tutelar –*  
31 *Leste/PG – Denúncia CEI Lar Feliz*. Portanto, de minha parte afirmo e gostaria que  
32 ficasse aqui registrado que estas foram as únicas formas ou vezes em que a  
33 correspondência saiu dos arquivos do CME/PG – quando listada na pauta e enviada nos  
34 e-mails dos conselheiros e quando lida para os conselheiros durante a referida reunião.  
35 A Conselheira Iolanda de Jesus e também Secretária do CME/PG falou que este  
36 acontecimento serviu para refletirmos a questão da ética relacionada aos assuntos  
37 tratados nas reuniões do CME. A Conselheira Irmã Edites Bet argumentou dizendo que  
38 devemos ver qual o objetivo do vereador, qual seu verdadeiro interesse, a sua intenção,  
39 porque me parece que este assunto diz respeito a Secretaria e ao Conselho de  
40 Educação e não para a Câmara de Vereadores. O Conselheiro Cláudio Roberto Ribeiro,  
41 Presidente do Conselho Tutelar, falou que os pais que denunciaram o CEI Lar Feliz não  
42 quiseram formalizar a denúncia junto a Secretaria Municipal de Educação, por isso ele  
43 trouxe o assunto para o CME/PG. E que no dia da Reunião do CME/PG do dia 13 de  
44 maio, no final da tarde, ele estranhou o fato do vereador ligar para ele pedindo a cópia  
45 do ofício. Ele falou para o vereador que não iria repassar o ofício para ele por se tratar  
46 de assunto relacionado ao menor e avisou o vereador que encaminhou para o Ministério  
47 Público. Temos outra denúncia relacionada a um outro CEI particular, Pequeno Anjo,  
48 porém conforme leu na última Ata da Reunião do CME, devemos repassar a situação  
49 primeiro para o Executivo (Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação) para que se  
50 possa tomar alguma providência. A Conselheira Iolanda falou que quando o assunto



51 chega para a Ouvidoria da SME é feito o registro e despachado para a Comissão de  
52 Verificação que vai averiguar a denúncia no local e que, inclusive, pode ser  
53 acompanhada por membros do CME/PG, desde de que sejamos informados, isso já  
54 ocorreu no ano passado. A conselheira continuou falando, que a Secretaria Municipal de  
55 Educação não tem o poder de fechar as portas de um CEI particular/privado, somente  
56 podemos fazer a cessação compulsória e que também encaminhamos para o Ministério  
57 Público para isso. A Conselheira Nilcéa reafirmou que tem uma coordenadora que  
58 acompanha todos os Centros de Educação Infantil Conveniados e como já havia falado,  
59 anteriormente, já orientou o CEI denunciado. A Conselheira Ir. Edites Bet falou que  
60 quando há denúncia que chega até nós precisamos repassar a resposta para eles o  
61 quanto antes, mas compreendo que não é fácil o dia a dia destes CEIs, pois também  
62 atendemos a Educação Infantil e sabemos disso, pois nessa idade de 0 a 3 anos, eles  
63 mordem, brigam, os pais reclamam, etc. Precisa realmente de formação para os  
64 professores. A Conselheira Nilcéa falou que os CEIs participam das formações na SME  
65 e sempre são orientados com relação as questões de higiene e dos cuidados com as  
66 crianças, entre outros. A Conselheira Iolanda falou que a questão das trocas de fraldas é  
67 complicada, pois são muitas crianças, a professora mal acaba de trocar as fraldas de  
68 uma quantidade de crianças as primeiras já necessitam de troca novamente, etc. Há  
69 também o outro lado da história, em que a criança sai com a fralda suja da casa dos  
70 pais, ou quando a criança passa a noite com a fralda que a professora trocou e vem  
71 para o CEI com aquela mesma fralda. A Presidente Sirlete concordou com a Conselheira  
72 Ir. Edites que toda pessoa que faz a denúncia precisa ter um retorno, penso que seria  
73 interessante que a SME encaminhe essa resposta, falou ela. A Conselheira Leni Ap.  
74 Viana da Rocha, representante do CMDCA-PG falou que agora tem os Centros de  
75 Referência Social e de Apoio que também podem ajudar nas verificações. A Conselheira  
76 Sandra Margarete Inglês dos Santos falou que não tinha conhecimento destes Centros.  
77 A Conselheira Leni falou que o caminho agora é este, buscar primeiro o CRAS e depois  
78 o Conselho Tutelar. A Conselheira Clóris concordou com a Conselheira Sandra que  
79 também não sabia a respeito destes centros e como diretora de escola, quando  
80 necessário, encaminha algumas ocorrências direto para o Conselho Tutelar. O  
81 Conselheiro Cláudio falou que não tem muitos problemas com as escolas municipais  
82 porque a Secretaria Municipal de Educação tem conhecimento e procura resolver ou  
83 encaminha para os setores certos, porém a dificuldade maior são com as Escolas do  
84 Estado. A Conselheira Ir. Edites falou que é um trabalho de três mãos para formar o  
85 cidadão envolvendo saúde, educação e a assistência, por parte dos órgãos de proteção  
86 à criança como o Conselho Tutelar e/ou pelos os Conselhos, etc. Cada um fazendo a  
87 sua parte, acontece o vínculo de fortalecimento da política de atendimento. A  
88 Conselheira Leni concordou dizendo que todos ganham, não ocorre desperdício de  
89 tempo, de material ou desgastes emocionais por parte da família que muitas vezes  
90 precisa passar por várias instâncias para ver o problema resolvido, etc. A Presidente  
91 Sirlete concordou que é muito importante esse trabalho em rede, alguns legisladores já  
92 estão trabalhando neste sentido, fazendo políticas voltadas para esse tipo de  
93 atendimento. A Conselheira Neide Keiko K. Cappelletti falou que no Curso de Pedagogia  
94 se discute muito isso. Houve um momento que a parte assistencial era necessária  
95 apenas para orientar a respeito da limpeza de piolhos por exemplo, a escola tinha que  
96 cuidar dessa parte também. Então houveram muitas conquistas até então, através de  
97 políticas públicas consistentes a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente,  
98 entre outras, mas a escola também tem suas responsabilidades e não pode se omitir,  
99 precisa sair da sua zona de conforto, muitas vezes, e trabalhar junto, articular com quem  
100 pode ajudar, não se restringir somente ao pedagógico. A Presidente Sirlete Lemes, após



101 os debates, deu continuidade na reunião apresentando o documento recebido da  
102 Secretaria de Assistência Social – Coordenação de Proteção Social Básica, sobre a  
103 criação da Coordenação Municipal Intersetorial do Programa Bolsa Família – CMI/PBF e  
104 do Plano Intersetorial do Programa Bolsa Família, que tem com principal objetivo  
105 mobilizar todos os profissionais da assistência social, saúde e educação, envolvidos com  
106 a execução, acompanhamento e fiscalização do programa no município para atuarem de  
107 maneira integrada. A Conselheira Iolanda falou que a SME envia o relatório de  
108 frequência dos alunos para o Programa do Bolsa Família, lembrando que a criança  
109 muitas vezes não falta porque quer, às vezes é porque a mãe não leva, ou porque sai  
110 com a mãe ou viaja com o pai de caminhão, etc. A Conselheira Leni Ap. Vieira falou a  
111 respeito do trabalho nos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social, que além  
112 de ofertar os serviços e ações de proteção básica, possui a função de gestão territorial  
113 da rede de assistência social básica promovendo a organização e a articulação das  
114 unidades envolvidas. A Conselheira Iolanda, falou que seria importante que fosse  
115 enviado um documento oficial para a SME para conhecermos mais a respeito do  
116 trabalho no CRAS, quem são os responsáveis, etc. A Conselheira Ir. Edites falou  
117 também na importância de se estabelecer as competências e as responsabilidades de  
118 cada setor, de fazer reuniões, propor o que cada um precisa fazer, para que haja o  
119 respeito entre esses órgãos, sem que cada um invada o espaço do outro, mas que todos  
120 trabalhem unidos pelo bem comum. A Conselheira Lindamir Koroviski falou que cada um  
121 vê conforme a sua área e esquece que a criança é uma só seja ele aluno, paciente ou  
122 cidadão, é a mesma pessoa, mas é tratada de forma diferente. A Conselheira Leni  
123 concordou, pois atende a mesma família em situações diferentes. A família vê que não  
124 dá certo de um lado, recorre de outro, algumas já estão acostumadas. São vários  
125 setores trabalhando em momentos diferentes pela mesma família. A Conselheira Iolanda  
126 concordou, falando que quando a mãe quer uma vaga no CMEI ou na escola municipal,  
127 agora vai até o CRAS. A Conselheira Leni falou que não é bem assim, a mãe quer uma  
128 vaga e vai até o CMEI e a diretora dá uma ficha para ela preencher, para aguardar a  
129 vaga. A mãe não quer ficha quer a vaga, então ela vai até o Conselho Tutelar para ver  
130 se consegue a vaga. O Conselho Tutelar manda de volta o problema para a SME  
131 resolver. O CRAS vai ajudar no sentido de conversar com essa mãe vai explicar que  
132 existe a lista de espera, que nem sempre é possível vaga no CMEI próximo devido ao  
133 limite de vagas por turma e, também, pode verificar a verdadeira necessidade da família,  
134 pode fazer um levantamento com relação às famílias que têm prioridades, devido às  
135 situações sociais, de riscos, etc. A Conselheira Iolanda lembrou que a SME tem que  
136 cumprir a lei de atendimento obrigatório às crianças a partir dos quatro anos de idade.  
137 Então vamos atender a maioria das crianças de quatro e cinco anos nas escolas  
138 municipais e os CMEIs vão atender mais as crianças de zero a três anos. A Conselheira  
139 pediu o apoio do CME com relação ao novo Plano de Cargos, Salários e Carreiras dos  
140 Profissionais do Magistério, que está tramitando no legislativo, e alterou a parte da  
141 exigência da contratação inicial, de professores com curso superior em Pedagogia para  
142 o nível inicial em magistério, para que tenhamos mais professores nos CMEIs que se  
143 disponha a cuidar das crianças de zero a três anos. A formação superior não deixou de  
144 ser valorizada no Plano o professor poderá avançar, mas nós precisamos daquele  
145 professor de nível inicial, pois se continuarmos a exigir somente o curso superior não  
146 supriremos nunca a demanda destes profissionais, porque aquele que tem nível superior  
147 muitas vezes não se submete a esse atendimento. Em algumas regiões a situação é  
148 mais crítica, por exemplo, é muito difícil atender a demanda de docentes numa escola do  
149 porte da Mário Braga Ramos. A Conselheira Clóris que é diretora da escola citada  
150 concordou com a Iolanda falando que realmente não é nada fácil, pois ocorre muita



151 rotatividade de professores por conta disso, pois eles não querem atender os pequenos  
152 e nós precisaremos atender a lei e matricular toda a demanda das crianças de 4 e 5  
153 anos. A Conselheira Ir. Edites falou que nós erramos quando formamos somente para  
154 direitos, temos que formar o cidadão a respeito dos deveres, principalmente. Após os  
155 debates dos conselheiros a Presidente Sirlete Lemes deu continuidade a reunião  
156 repassando aos conselheiros o convite do Conselho Municipal de Políticas Públicas  
157 sobre Drogas de Ponta Grossa – COMAD/PG, para a Semana Municipal de prevenção  
158 ao uso indevido de drogas, que ocorrerá no período de 22 a 26 de junho do corrente ano  
159 com o tema: “Ame a Vida”, a Conselheira Jaqueline se dispôs a participar. A Presidente  
160 Sirlete solicitou encaminhar o convite a todas as escolas visto que a situação observada  
161 nos estabelecimentos de ensino demonstra a necessidade de participar. A Conselheira  
162 Maria Marilei Soistak Christo informou que se ausentará por dois anos da UTFPR para  
163 cursar o doutorado e portanto solicitou que seja enviado um ofício do CME à instituição  
164 solicitando que seja indicado um novo representante titular. A Conselheira Iolanda pediu  
165 a palavra para falar sobre o importante trabalho que foi desenvolvido na elaboração do  
166 Plano Municipal de Educação de Ponta Grossa contando que já foi enviada a minuta da  
167 lei para o Jurídico da Prefeitura que após as revisões, enviará para a Câmara Municipal,  
168 lembrando que foram tomados todos os cuidados para atender a Lei do Plano Nacional  
169 de Educação. A Conselheira prometeu que assim que sejam feitas as revisões dos  
170 textos e da parte legal a SME enviará uma cópia do Plano para o CME. As Conselheiras  
171 da UEPG Maria Odete Vieira Tenreiro e Neide falaram que não a instituição não teve  
172 muita representatividade no evento. A Conselheira Iolanda falou que chamou a Marli de  
173 Fátima Rodrigues que é representante do Fórum a qual passou para a Lucimar Araújo  
174 Braga, também representante da UEPG no Fórum, o compromisso de escrever o texto.  
175 Entretanto, o texto não foi redigido e a Coordenadora de Ensino da SME Adriane Ap.  
176 Antoniacomi redigiu o mesmo. A Conselheira Iolanda falou também que mandou  
177 correspondência para a UEPG e ainda mandou e-mail para todos os representantes,  
178 bem como, o evento foi muito comentado no Fórum que teve, em que os representantes  
179 da UEPG estavam presentes, bem como, o evento foi divulgado no site da Prefeitura, da  
180 SME e na mídia local. Acredito, continuou a conselheira, que se houve alguma falha foi  
181 na falta de comunicação por parte da própria instituição. Foi abordado ainda o assunto a  
182 respeito do suplente também assinar atas e pareceres do CME, e a respeito das  
183 Câmaras voltarem a fazer as suas atas separadas da Reunião Plenária, o que ficou  
184 estabelecido que deve ser seguida as normas do CME da Lei e do Regimento Interno.  
185 Com relação ao assunto da conclusão da Deliberação sobre a inclusão do período para  
186 atividade pedagógica no calendário escolar das instituições vinculadas ao Sistema  
187 Municipal de Ensino a Presidente resolveu que seria melhor deixar para a próxima  
188 reunião, devido o avançado da hora. Solicitou que a Conselheira enviasse o texto final  
189 nos e-mails do grupo que está responsável pelo referido documento. Justificaram suas  
190 ausências os seguintes conselheiros: Osni Mongruel Júnior, Patrícia Lúcia V. de Freitas,  
191 Sidnei Tilpe, Simone Barbosa Fechner, Soely de Fátima Fernandes, Renata Lopes da  
192 Silva, Rosélia de Lourdes Ribeiro. Nada mais havendo, se encerra a presente Ata de  
193 número cento e trinta e dois (132) a qual vai assinada por mim, Eloina Chaves,  
194 Secretária Executiva do CME/PG e pelos Conselheiros titulares ou suplentes com direito  
195 a voto, presentes na Reunião do Conselho Municipal de Educação de Ponta Grossa, do  
196 dia dez de junho, do ano de dois mil e quinze.

197 **Sirlete Lemes**, Presidente do CME: \_\_\_\_\_.

198 **Maria Odete Vieira Tenreiro**, Vice-Presid./CME: \_\_\_\_\_.

199 **Iolanda de Jesus**, Secretária/CME: \_\_\_\_\_.



- 200 **Cilmara de Fátima Buss de Oliveira:** \_\_\_\_\_.
- 201 **Cláudio Roberto Pinheiro:** \_\_\_\_\_.
- 202 **Clóris Jaworski Lopes:** \_\_\_\_\_.
- 203 **Cristiano Alves da Silva** \_\_\_\_\_.
- 204 **Edites Bet:** \_\_\_\_\_.
- 205 **Elenice Sutil:** \_\_\_\_\_.
- 206 **Kelly Cristina Camponês:** \_\_\_\_\_.
- 207 **Leni Aparecida Viana da Rocha:** \_\_\_\_\_.
- 208 **Lindamir Koroviski:** \_\_\_\_\_.
- 209 **Maria de Fátima Pacheco Rodrigues:** \_\_\_\_\_.
- 210 **Maria Marilei Soistak Christo:** \_\_\_\_\_.
- 211 **Neide Keiko Kravchychyn Cappelletti:** \_\_\_\_\_.
- 212 **Nilcéa Mottin de Andrade:** \_\_\_\_\_.
- 213 **Perla Cristiane Enviy:** \_\_\_\_\_.
- 214 **Sandra Margarete Inglês dos Santos:** \_\_\_\_\_.
- 215 **Eloina Chaves (Secretária Executiva do CME)** \_\_\_\_\_.